

Organização das Nações Unidas e Venezuela: Interferências e Contribuições da ONU na Crise Democrática Venezuelana

BÁRBARA LUIZA M. GONÇALVES E JÚLIA NICOLE RAMOS M. CARNEIRO

Desde a morte de Hugo Chávez, a Venezuela entrou em um período político extremamente conturbado. Durante os quatorze anos de seu mandato (1999–2013), as ações do Executivo e o poder decisório eram extremamente concentradas em sua representação (Maya, 2013). O petróleo passava por uma boa fase comercial e, sendo a maior fonte de renda do país, garantia um período próspero para a nação, permitindo que Chávez adotasse diversas políticas públicas que, não apenas aumentaram a taxa de alfabetização, mas também garantiram uma maior distribuição de renda (Maya, 2013).

Chávez declarou Nicolás Maduro, seu vice, como sucessor. Após sua morte, eleições presidenciais foram realizadas e Maduro ganhou com uma pequena margem em seu favor. Os próximos anos foram caracterizados por uma grave crise das instituições democráticas do país. Maduro, influenciado por seu antecessor, manteve o Estado autoritário, por vezes intensificando ainda mais a repressão (Maya, 2013). Contudo, o Chavismo era o movimento populista de maior destaque na América Latina, e Nicolás Maduro não conseguiu transferir a popularidade para o seu mandato (Maya, 2013). A situação se agravou ainda mais quando, em 2014, a crise no setor petrolífero provocou uma redução considerável do preço do petróleo, e o país acabou perdendo sua maior fonte de renda (Maya, 2013).

Quando se trata do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) nas crises democráticas da América Latina, é possível reconhecer que essa organização internacional, assim como outras, possui limites em sua atuação. Por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) — a principal agência da ONU responsável por promover o desenvolvimento sustentável internacional — são realizados projetos que fortalecem sistemas de governança (PNUD, sem data). O PNUD possui unidades em mais de 170 países, sendo um deles a Venezuela, que informa que o programa “ajuda na recuperação econômica, advoga pelo reforço da convivência democrática e trabalha com a melhoria dos

serviços públicos” (PNUD, sem data). No entanto, é essencial destacar a dificuldade de se acompanhar as atividades práticas que o PNUD Venezuela realiza, diferentemente dos planos estratégicos, que têm um acesso mais facilitado. Essa dificuldade ocorre visto que não existe um espaço definido para que as informações sobre os trabalhos do PNUD Venezuela possam ser acessadas.

O acompanhamento da ONU, pensando na crise democrática da Venezuela, também ocorre por meio da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos (MIIAF), que realiza relatórios para averiguar a situação humanitária no país. Em meio à sua crise democrática e à manifestação de insatisfação por parte da população, como exposto nos relatórios da MIIAF, é explícito como essa circunstância impacta negativamente os aspectos humanitário, social e econômico do país. Sendo assim, grande parte das denúncias feitas pela MIIAF e pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) dizem respeito à censura, violações de direitos humanos e uso de força excessiva por parte das forças de segurança (Nações Unidas, 2024).

Logo, o objetivo dessa análise de conjuntura é explorar as reais contribuições e limitações que organizações internacionais (Ois) — tendo a ONU como exemplo — possuem ao lidar com a crise democrática na América Latina, em especial na Venezuela. Também, será possível discorrer por meio desta análise, sobre como os valores democráticos e humanitários são fomentados durante as atividades dos organismos da ONU, sendo o principal foco a MIIAF.

Contexto político e democracia na Venezuela

O Chavismo é de extrema importância para entender a crise que o país vive atualmente, haja vista que foi durante o mandato de Hugo Chávez que as práticas vigentes surgiram (Maya, 2013). Por mais popular que fosse, Chávez tinha uma grande oposição articulada contra ele. A resposta do Estado contra a oposição era extremamente violenta e repressora (Maya, 2013). Suas ações fizeram o país se afastar do ideal do Estado Liberal Democrático, em que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV) foi baseada, e a Venezuela entrou, então, em um

regime com características populistas autoritárias (Maya, 2013). Além da perseguição aberta contra seus opositores, o então presidente realizou certas mudanças na constituição a fim de garantir sua permanência no poder, como, por exemplo, a realização de eleições por meio de referendos, nos quais a população decidia a favor ou contra Hugo Chávez, até mesmo em eleições de governos estaduais e municipais, garantindo sempre sua permanência (Maya, 2013).

O governo de Chávez não era livre de represálias. Pesquisas mostram que as taxas de violência urbana eram relativamente altas durante esse período, aumentando cada vez mais, além da corrupção generalizada e relação entre seu governo e organizações criminosas (Briceño-León, 2006). Contudo, a popularidade de Chávez e os benefícios que seus programas populares forneciam para a população somavam forças para abrandar a reação do povo (Maya, 2013).

A maior fonte de arrecadação dos cofres públicos durante o mandato de Chávez era a exportação e importação do petróleo. Descoberto na região no início do século XX, a matéria-prima tornou-se a força motriz da economia venezuelana (Guimarães, 2015). O país, membro fundador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), possui a maior reserva de petróleo do planeta (Guimarães, 2015). Com os recursos arrecadados por este comércio, Chávez conseguiu financiar programas públicos que beneficiaram seus eleitores. Contudo, a economia do país se tornou extremamente dependente desta commodity (Guimarães, 2015). Por esse motivo, em 2014, quando se apresentou uma desvalorização do preço do petróleo no mercado internacional, a Venezuela entrou em uma crise econômica que perdura até hoje (Maya, 2013). Com os preços de barris caindo a cada dia, o Estado perdeu sua maior fonte de renda e, conseqüentemente, os fundos que garantiam a sustentação de seus programas sociais (Maya, 2013).

Nesse sentido, em menos de um ano de mandato, o governo Maduro enfrentava uma crise que aparenta ser interminável (Maya, 2013). Seu mandato ainda goza de privilégios que o populismo de Chávez angariou, porém, a crise de 2014 mudou completamente o cenário econômico do país, o que fez muitos questionarem as estruturas de poder vigentes no regime venezuelano. A situação se agrava ainda mais quando as reeleições de Maduro são questionadas, domesticamente e internacionalmente, por alguns países como a Argentina, Guatemala e principalmente pelos

Estados Unidos, que são dependentes da importação de petróleo venezuelano. Mesmo turbulentas, o governo de Maduro recebeu pronto apoio de outros Estados como a Rússia e a China. Vários países preferiram se abster de declarações oficiais (Agência Brasil, 2024).

Em 2024, os protestos que seguiram o anúncio do resultado das eleições presidenciais e a força violenta com que o Estado reprimiu os rebeldes mostram não apenas como o Estado está se tornando cada vez mais fechado e autoritário, mas também como o movimento opositor de Nicolás Maduro cresce a cada dia que a crise não é resolvida e a situação do país continua instável.

O resultado ainda provocou grande comoção regional na América Latina. Países, como o Brasil, que se consideravam alinhados com os chavistas, começaram a pressionar o governo para que os registros eleitorais fossem a público, o que representou uma considerável deterioração das relações diplomáticas do país e salientou o apoio reduzido que Maduro recebeu da região (CNN Brasil, 2024). O que se segue a essa redução é uma crise entre a Venezuela e vários países latinoamericanos, em que se dirigem várias críticas, e até acusações graves, a diferentes países, como Panamá, Argentina, Paraguai, além do Brasil (CNN Brasil, 2024). Essa disputa chegou a tal ponto que o governo venezuelano expulsou de seu território vários corpos diplomáticos desses países (CNN Brasil, 2024). Pode-se perceber, então, que, se esse apoio regional continuar em declínio, sua permanência no poder estará seriamente ameaçada.

Ações da ONU em relação à crise democrática venezuelana

Visando exercer seu papel internacional de mantenedora da paz e da segurança internacional, com o intuito de auxiliar nas investigações sobre o cenário político atual do país, as Nações Unidas, no dia 27 de setembro de 2019, lançaram a Missão Internacional Independente da ONU de Apuração de Fatos sobre a Venezuela (MIIAF), baseando-se na Resolução 42/25, feita pelo CDHNU, para apurar casos de violações de direitos humanos e políticos no país, cometidos desde 2014, ou seja, desde que Nicolás Maduro assumiu a presidência (Alto Comissariado, 2019). Inicialmente, a missão tinha poder para atuar durante o

tempo de um ano após sua vigência. Contudo, ao analisar a situação de presos políticos no país, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renova a missão, de acordo com a Resolução 57/36, também do CDHNU, estendendo-a até outubro de 2026 (Alto Comissariado, 2019).

Como dito anteriormente, a última eleição de Maduro foi o estopim para que a crise política na Venezuela, que já vinha sendo pauta internacional, mas de uma forma discreta, fosse discutida de maneira geral e estampasse várias manchetes mundo afora. Em setembro de 2024, vários países, como o Panamá e Portugal, e a União Europeia (UE) assinaram, em conjunto, uma declaração na ONU para que a situação eleitoral fosse estabilizada e resolvida, fazendo assim menção ao fato que muitos desses países não consideraram como legítimo o resultado dessa eleição (Gazeta do Povo, 2024). Vale destacar a ausência, na ocasião, de países como Brasil e México, vizinhos latino-americanos que decidiram se abster do voto (Gazeta do Povo, 2024). Ainda com a forte pressão internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não conseguiu chegar a nenhum acordo sobre qualquer resolução acerca da crise. Entende-se, então, que as diversas opiniões dos países, principalmente grandes potências como Rússia e China, países liderados por chefes de Estado acusados de autoritarismo e ditadura, enfraquecem o poder decisório da ONU e, neste caso específico, deslegitimam sua atuação como Organização Internacional.

A MIIAF lança regularmente boletins expondo a situação dos presos políticos, os crimes cometidos contra os revoltosos e opositores de Maduro e o papel opressor do governo, cada vez mais antidemocrático (Nações Unidas, 2021). Em suas declarações, o Conselho de Direitos Humanos da ONU sempre priorizou a defesa da democracia plena e os direitos civis e políticos dos cidadãos venezuelanos. Mesmo assim, a organização não chega a fazer declarações abertas contra o governo Maduro, respeitando o princípio da não-intervenção, o qual baseia todas as relações interestatais. Sendo assim, com esses boletins e relatórios que investigam o cenário político e social do país, percebe-se que o foco de ação da OI é chamar a atenção internacional para os problemas enfrentados pela população, causando uma resposta de ONGs humanitárias, enquanto expõe os graves crimes cometidos pelo regime vigente. Não obstante, a ação da ONU ainda apresenta várias falhas, sendo alvo de constantes críticas, que serão analisadas no próximo tópico.

Críticas à atuação da ONU

O princípio de não-intervenção, destacado na Carta das Nações Unidas, é um dos exemplos de como as atividades da ONU são limitadas. Isso não significa que o princípio seja negativo, já que é essencial para respeitar a soberania e independência dos Estados. No entanto, essa premissa tem sido contestada nos últimos tempos, já que não é possível defini-la de maneira clara (Wood, 2025). Kurotaki (2021) explica que a “crise democrática venezuelana é originada da instabilidade econômica e política que se intensificou durante o regime de Maduro” (tradução nossa). Ele elenca que, durante uma reunião da Assembleia Geral da ONU em 2020, a Representante Permanente da Polônia da época acreditava que a intervenção do CSNU era necessária. Kurotaki acrescenta que, em outra reunião, foi revelado que o regime de Maduro destruiu a ajuda que estava sendo entregue através da fronteira, alegando ser interferência e golpe para tentar tirar o presidente do poder.

Ainda, Kurotaki afirma que foram implementadas sanções que restringiram a expansão do regime e que os órgãos da ONU tiveram um sucesso considerável ao lidar com a questão humanitária. No entanto, isso consiste apenas no tratamento dos “sintomas” e não na raiz do problema. Dessa forma, é preciso que a ONU e os órgãos responsáveis por lidar com a crise democrática estabeleçam estratégias que de fato enfrentem também o problema e não apenas as suas consequências, o que se torna complexo devido à crise institucional da própria organização. Seria ingenuidade acreditar que a ONU seria capaz de solucionar o problema de forma geral, mas é possível identificar a demanda de uma estratégia distinta e mais assertiva do que a que tem sido implementada na Venezuela.

O princípio de não-intervenção pode ser utilizado quando se estabelece que a democracia é um princípio de nível nacional, mas a Resolução 43/157 (1988) “constitui o direito da ONU de tomar parte de um Estado para restaurar a democracia” (Newman, 2004, p. 193 apud Lacerda, 2017, p. 119). Ambos os conceitos de não-intervenção e de democracia não possuem uma definição clara dentro do próprio regimento da ONU, o que para Lacerda (2017, p. 121) possibilita que a organização possa atuar por meio de programas — como o PNUD — e missões para estabelecer o funcionamento e a fomentação dos conceitos de democracia que vão além do processo eleitoral, incrementando a participação cidadã ativa, a deliberação democrática e os espaços de debate das

políticas nacionais.

Assim, as cooperações da ONU com outras organizações internacionais caracterizam uma forma de decisões mais realistas serem tomadas. A relação entre organizações de escala global e regional, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), se faz crucial para a “área temática da democracia” (Lacerda, 2017), portanto sendo essencial para promover o aumento da estabilidade democrática da Venezuela.

Conclusão

É imprescindível que organizações internacionais, como a ONU, se preocupem com as crises democráticas e cooperem com outras OIs para estabelecer estratégias que visem solucionar tanto as consequências humanitárias e econômicas quanto o problema político e social que causou a crise democrática na Venezuela. Mesmo com as ações tomadas pelas Nações Unidas, o alívio dos resultados catastróficos ainda deixam o país em uma situação de vulnerabilidade.

O sucesso limitado das ações tanto do PNUD quanto da MIIAF representa a carência de atualização das estratégias e do próprio funcionamento das mesmas de acordo com o regime da ONU. Apenas a partir da revisão das colaborações com organizações regionais, como a OEA, é possível promover a estabilidade política e colocar fim à crise democrática enfrentada pela Venezuela.

Por fim, os Estados que compõem a América Latina e aqueles que possuem relações cooperativas com a Venezuela, possuem um papel importante de pressionar os atores regionais e internacionais para que a estabilidade política, econômica e social seja alcançada. É fundamental reconhecer os impactos positivos que as ações de ajuda humanitária melhoram a situação enfrentada pelos venezuelanos, mas somente lidar com as consequências, e não com o problema em si, pode apenas piorar a situação ao longo do tempo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Entenda como funciona e quais críticas a eleição da Venezuela. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/entenda-como-funciona-e-quais-criticas-eleicao-da-venezuela>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. Misión internacional independiente de determinación de los hechos sobre la República Bolivariana de Venezuela. **OHCHR**, Genebra, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/hr-bodies/hrc/ffmv/index>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRICEÑO-LEÓN, R. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1223–1233, 2006.

CNN BRASIL. Venezuela: ao menos 10 países da região estão em crise com Maduro além do Brasil. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/venezuela-ao-menos-10-paises-da-regiao-estao-em-crise-com-maduro-alem-do-brasil/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

GUIMARÃES, E. **Venezuela e petróleo: os caminhos e consequências da dependência econômica**. 2015. 76 f. Monografia (Graduação em Ciência Econômicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t162.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

KUROTAKI, L. L. How effective are the different principal organs of the UN in aiding the Venezuela crisis? **International Journal of Social Relevance & Concern**, v. 9, n. 3, mar. 2021.

LACERDA, J. M. A. F. **A influência da ONU, da OEA, dos seus corpos burocráticos e de suas interações administrativas na promoção e na defesa da democracia na América Latina**. 2017. 326 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2017.

MAYA, M. Venezuela: the political crisis of post-Chavismo. **Social Justice**, v. 40, n. 4 (134, p. 68–87), 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos denuncia forças de segurança na Venezuela. **ONU News**, Nova Iorque, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/07/1755802>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Referências

NAÇÕES UNIDAS. Missão de Apuração de Fatos em alerta com posse presidencial na Venezuela. **ONU News**, Nova Iorque, 02 jan. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843006>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório detalha violações e crimes do governo da Venezuela durante e após eleições. **ONU News**, Nova Iorque, 15 out. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1839241>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PAULA, I. de. Com ausência de Brasil, China e Rússia, países assinam declaração na ONU sobre crise na Venezuela. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/com-ausencia-de-brasil-china-e-russia-paises-assinam-declaracao-na-onu-sobre-crise-na-venezuela/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

WOOD, M. Non-Intervention (Non-interference in domestic affairs). **The Princeton Encyclopedia of Self-Determination, Princeton**, 2012. Disponível em: <https://pesd.princeton.edu/node/551>. Acesso em: 27 jan. 2025.